

Educação Ambiental na comunidade escolar João Goulart em Novo Hamburgo/RS: a formação do sujeito pertencente ao meio ambiente

Educación ambiental en la comunidad escolar João Goulart en Novo Hamburgo / RS: la formación de la asignatura perteneciente al medio ambiente

Environmental Education in the school community João Goulart in Novo Hamburgo / RS: the formation of the subject belonging to the environment

Deise Bortolozo Pivoto¹
Janaina Agostini Braido²

Resumo

Este artigo apresenta o desenvolvimento do projeto de ação em Educação Ambiental com as famílias da EMEF Pres. João Goulart, de Novo Hamburgo/RS, problematizando o que podemos fazer como instituição para instrumentar as famílias para práticas que influenciem o comportamento ambiental mais responsável das crianças. O trabalho objetivou a constituição de sujeitos capazes de realizar ações que visem à melhor qualidade de vida para sua comunidade, discutindo questões relativas à separação e ao destino de resíduos sólidos. Realizou-se levantamento bibliográfico, questionário, oficinas e debates, oportunizando reflexões e ações com a finalidade de experienciar o exercício da cidadania ambiental, através do senso de pertencimento. Os resultados indicaram que as vivências articuladas com os estudos teóricos viabilizaram a construção de identidades transformadoras, fortalecendo a EA na formação de sujeitos críticos.

Palavras-chaves: Educação Ambiental. Constituição de sujeitos. Resíduos sólidos.

Abstract

This article presents the development of the Environmental Education action project with the families of EMEF Presidente João Goulart, from Novo Hamburgo/RS, discussing what we can do, as an institution, to instrumentalize families for practices that influence children's more responsible environmental behavior. The work aimed at the constitution of subjects capable of performing actions aimed at the best quality of life for their community, discussing issues related to the separation and destination of solid wastes. A bibliographical survey, questionnaire, workshops and debates were carried out, offering reflections and actions with the purpose of experiencing the exercise of environmental citizenship through a sense of belonging. The results indicated that the experiences articulated with the theoretical studies enabled the construction of transformative identities, strengthening Environmental Education in the formation of critical subjects.

¹ Especialista em Educação Ambiental; Universidade Federal do Rio Grande-FURG; Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil; deise.b.pivoto@gmail.com

² Mestre em Educação Ambiental. Universidade Federal do Rio Grande-FURG; Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil; janabraidol1@gmail.com

Keywords: Environmental Education. Constitution of subjects. Solid wastes.

Resumen:

Este artículo presenta el desarrollo del proyecto de acción en Educación Ambiental realizado con las familias de la EMEF Pres. João Goulart, de Novo Hamburgo/RS, problematizando lo que se puede hacer, como institución, para instrumentar a las familias para que desarrollen prácticas que puedan influenciar a los niños para que tengan, desde muy temprano, un comportamiento ambiental más responsable. El objetivo de este trabajo fue la constitución de sujetos que sean capaces de realizar acciones que busquen promover una mejor calidad de vida para la comunidad donde están inseridos, como la separación y el destino de los residuos sólidos. Se realizó un levantamiento bibliográfico y fueron hechos cuestionarios, talleres y debates, promoviendo la reflexión y acciones con la finalidad de experimentar el ejercicio de la ciudadanía ambiental, a través del sentido de pertenencia. Los resultados mostraron que las vivencias sumadas a los estudios teóricos posibilitaron la construcción de identidades transformadoras, fortaleciendo la EA en la formación de sujetos críticos.

Palabras clave: Educación Ambiental. Constitución de sujetos. Residuos sólidos.

1. Pegadas encontradas e caminhos percorridos

Este artigo trata de uma pesquisa realizada no curso de especialização em Educação Ambiental (EA) *lato sensu* da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, a partir da proposta de formulação e execução de projetos de ações. Com devido aprofundamento teórico, este trabalho resulta da pesquisa de EA realizada na Escola Municipal de Ensino Fundamental Presidente João Goulart, em Novo Hamburgo/RS, onde foram promovidos debates e ações possíveis na comunidade relacionados à constituição de sujeitos, enfocando a problemática do acúmulo de resíduos sólidos, e refletindo muito além da finalidade inadequada dada por muitas famílias ou na matéria reciclada.

A escola se apresenta como um espaço de possibilidades, visto que diferentes representações se manifestam, oportunizando o efetivo exercício da cidadania. Assim, este estudo apresentou encaminhamentos a partir do seguinte problema de pesquisa: o que podemos e devemos fazer como instituição para instrumentar as famílias para práticas em seu cotidiano que influenciem o comportamento ambiental mais responsável de nossas crianças? O desenvolvimento das ações teve como objetivo geral promover intervenções nessa comunidade escolar buscando a constituição de um sujeito capaz de realizar ações que visem a uma melhor qualidade de vida para si e para seu entorno, a partir de reflexões e ações junto às famílias, problematizando questões relativas à separação e ao destino de resíduos sólidos em suas casas e no ambiente escolar.

A pesquisa apresenta tanto as práticas como o aporte teórico, com abordagens significativas que entrelaçam saberes para fundamentar o trabalho. O diálogo sugere pensar

concepções de Meio Ambiente e Educação Ambiental; a Gestão e a Justiça Ambiental compreendida nas famílias dos alunos e alunas da escola; e o envolvimento em Políticas Públicas; além do Pertencimento, a Interdisciplinaridade e a Formação de Educadores Ambientais, pensando na subjetividade que a família possui como reflexo para as crianças.

Para tanto, o trabalho metodológico traz abordagens quantitativas e qualitativas, com levantamento de dados teóricos; questionário às famílias e aos educadores; intervenções com profissionais da área ambiental e com agentes do CATAVIDA – Programa Municipal de Gestão Social de Resíduos; realização de oficinas; e interação no varal da solidariedade.

2. A educação crítica e transformadora com ações pedagógicas do cognitivo e do afetivo na cidadania ambiental

É importante cada ato pensado, planejado e ações executadas na educação. Ser professora me proporciona um espaço de construção da cidadania ambiental, entendida como o exercício e a mobilização dos indivíduos envolvendo ações de modo a pensar o coletivo e fazer-se participativo, na busca de equilíbrio no convívio estabelecido entre os sujeitos e o meio ambiente.

Nos subitens deste capítulo estão demonstradas as ações desenvolvidas num processo educativo, entrelaçando cognição e vivências do afetivo para viver em harmonia.

2.1 Compromissos da escola na formação de sujeitos praticantes da cidadania ambiental: família e escola com olhares atentos na comunidade

Com educação qualificada o que se faz na escola promove a constituição do cidadão, com capacidades para agir com autonomia diante das possibilidades que encontrar nas diversas realidades que vive, seja no âmbito social, cultural, familiar, político e ético. Assim, é necessário abordar a própria cidadania³ nas discussões escolares.

Os princípios elaborados no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola pesquisada estabelecem um olhar de múltiplas dimensões – social, cultural, ambiental, econômica e histórica, e o entendimento de que tudo se faz na perspectiva da construção política, numa

³ Cidadania é o exercício pleno da participação na vida coletiva e na fruição dos direitos fundamentais do homem (OLIVEIRA; GUIMARÃES, 2004), incluindo o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (art.225 da CF/88)

constante reformulação. Uma vez estabelecidos no coletivo com a comunidade escolar, fazem desse um lugar de pertencimento real para algumas famílias participativas, dando-lhe significado na construção por exercer seu pertencimento, como aborda Cousin (2010). No entanto, a busca por mais envolvidos na constituição das identidades desse lugar ainda é um desafio, uma vez que, para constituir a identidade de uma escola transformadora, é essencial ampliar a participação da comunidade. O ato libertador discutido por Paulo Freire (2000) remete à importância do sujeito histórico.

No âmbito da EA, Coimbra (2000) salienta a necessidade de averiguar as raízes e causas dos fenômenos, e aborda a importância da interdisciplinaridade para além do pensar metodologias, considerando a constituição de saberes, e reformulando o ser e o fazer para a reorganização do óikos, nossa casa. Assim, pontuar interações que ocorrem na instituição escolar em estudo, e na comunidade com os ecossistemas, torna possível pensar o meio ambiente não fragmentado, e sim constituído através das realidades histórica, social, plurifacetada, e como afirma o mesmo autor, por conseguinte, interdisciplinar. Coimbra salienta que “não só a Ecologia é uma ciência de relações, mas a relação é o fator mais importante na(s) Ciência(s) do Ambiente” (ibidem, p.68).

Entendendo a importância da interdisciplinaridade, das relações estabelecidas e da observação dessas no PPP da escola, uma funcionária encarregada da limpeza, que após varrer a sala deposita resíduos secos e orgânicos num mesmo saco de lixo, mostra na ação suas concepções, tanto quanto uma merendeira orientando os alunos a destinar os resíduos do lanche nas lixeiras adequadas.

Mota, ao abordar a Educação Ambiental Estética (EAE) como de caráter transformador e emancipatório, salienta a relevância de (re)significação do mundo:

A EAE permite aos sujeitos uma capacidade de desenvolver uma percepção mais profunda sobre o lugar à sua volta, partindo da subjetividade de cada indivíduo, de suas representações sociais e das experiências sensíveis. [...] está conectada com os sentidos e os valores do ser-humano, oriundos dos experimentos sensoriais e significativos baseados em concepções individuais e coletivas, vivenciadas e construídas durante a história de vida de cada um (2016, p. 40).

O autor trata a EA como desencadeadora do resgate do ser-humano, permitindo o pertencimento dialético, visto como a inter-relação, a indissociabilidade de si com o outro e com o meio ambiente, cultivando laços, mantendo um olhar atencioso nessa conexão e consigo mesmo.

Averiguando na subjetividade de cada um/a, como salienta Mota (2016), foram entregues questionários aos profissionais da escola para verificar as temáticas abordadas nos

projetos de pesquisas das turmas, bem como as formas como enxergam a sociedade a que pertencem e como identificam elementos que a constitui, numa reflexão sobre meio ambiente, injustiça ambiental, separação de resíduo sólido e reciclagem, com enfoque em quais ações desenvolveram na escola durante o primeiro semestre de 2017 sobre Educação Ambiental. Foram distribuídos questionários para todos os trinta funcionários, uma vez que todos educam nos diferentes olhares e exemplos de condutas.

No levantamento sobre as propostas exercidas, que são entendidas como envolvendo a EA, foram destaques nas falas dos profissionais: separação dos resíduos, contação de histórias e leituras que abordam esse tema, cuidado com o desperdício, descartes adequados dos resíduos e reaproveitamento, participação e incentivo às coletas feitas na escola, caminhada pela escola e arredores para observações, e saída de estudos à usina de reciclagem e à SEMAE (Secretaria Municipal de Água e Esgoto).

Percebeu-se no grupo um grande envolvimento com temáticas que enfocam a EA. Dentre muitos relatos, um impressionou mais devido à possibilidade de mudança a partir do trabalho de ação desenvolvido. Disse a educadora: “Eu sabia que a reciclagem era importante, mas até então não me conscientizava que eu tinha que agir para dar certo”.

O convite da participação foi bem aceito no grupo, com um retorno de vinte questionários. Todos os profissionais afirmaram que existe cuidado com a separação dos resíduos sólidos em sua proposta de trabalho, e apenas uma funcionária não participava ainda das coletas realizadas na escola. Ressaltaram as campanhas de coleta de óleo e tampinhas, destacando o Projeto Tampinha do Bem⁴, que tem repercutido muito na comunidade escolar, com a troca de tampinhas de plástico por brinquedos.

Da mesma forma, foram enviados questionários para as famílias dos alunos/as. Desta vez o enfoque foi como a família ensina cuidados com o meio ambiente. Foram entregues trezentos questionários para os alunos/as, um para cada família.

O retorno obtido foi de cento e dezessete, número que permitiu muitas análises. Inicialmente, reforçou-se a percepção de que a participação das famílias poderia ser ampliada, a fim de se avançar nas reflexões. Ademais, quantificando o número de famílias que separam os resíduos em casa, constatou-se que noventa e um separavam; vinte e cinco não o faziam; e

⁴Site da empresa Plastilex Briquedos. Disponível em <<http://www.plastilex.com.br>>, acesso em out/2017. Apresenta o manual do Projeto Tampinha do Bem, cujo objetivo é desenvolver com escolas públicas, particulares e a comunidade de seu entorno uma ação de desenvolvimento sustentável para o Meio Ambiente e, conseqüentemente, despertar posturas responsáveis diante de problemas ambientais, de forma a estimular atitudes e práticas sustentáveis de preservação do planeta.

uma fazia eventualmente. Mais da metade das famílias afirmou não conhecer programas ou instituições que tivessem ações de promoção do cuidado com o meio ambiente. Cinquenta e uma conheciam, muitas relatando as coletas da escola.

Em relação aos cuidados com o meio ambiente, as famílias dos alunos afirmaram ensinar variadas ações positivas, tais como separação dos resíduos em casa como uma lição/ação educativa e necessidade de jogar o lixo em local adequado; economia específica de água e luz; separação de garrafas PET para recicladores; cuidados com plantas e animais; produção de adubo orgânico em casa; rejeição de copos de plástico descartáveis; cuidado com o descarte de óleo; convívio harmônico com o meio ambiente, aproveitamento de parques; cuidado com águas paradas para evitar mosquito da dengue; não uso de sacola de plástico nas compras do supermercado; e sugestão do ensino de EA desde a Educação Infantil. Todos dados abordados foram importantes nos encontros com profissionais da EA, onde a experiência familiar de um passa a ser lição para outro.

Salienta-se o aspecto gritante presente nas colocações, tanto dos profissionais da escola quanto dos familiares, sobre as injustiças ambientais percebidas no bairro. Ambos os grupos apontam problemas com o descarte indevido dos resíduos. Muitos relatam que terrenos baldios são ocupados para descartes e que geram problemas para todos. Gerenciamento de resíduos, políticas públicas e justiça ambiental foram, outrossim, temas apontados como importantes para as reflexões agendadas com as palestrantes.

Quando se trata de uma EA voltada para a cidadania se percebe o quanto a EA é política, e conforme afirma Reigota (2009), a EA é uma forma de educação política em que o indivíduo participa ativamente reivindicando e exigindo melhorias no âmbito social, político e econômico. Logo, tal educação deve estar orientada para a sociedade, com indivíduos participando ativamente da resolução dos problemas e das questões socioambientais (SIEMIONKO; CAPORLINGUA, em prelo, p. 06).

É fundamental exercer no coletivo a reflexão sobre o meio ambiente, verificando que as questões ambientais passam pelas questões sociais e políticas. Acselrad (2005) apresenta o processo emergente vivenciado na construção da questão ambiental, e cita e diferencia as razões utilitária e cultural. A primeira considera o meio ambiente como um recurso, alertando para os riscos ambientais e gerando um modelo de ação predominando a eficiência para economizar o planeta. A maioria das citações das famílias nos questionários apresenta esse cuidar do meio ambiente pensando o recurso natural. Porém, esse autor coloca que a razão cultural interroga sobre o motivo/fim da apropriação dos recursos do planeta, considerando o meio ambiente múltiplo em qualidades socioculturais, e gerando um modelo de ação que busca denunciar e superar a distribuição desigual dos benefícios e danos ambientais.

Comprova-se no resultado do mapeamento com as famílias e profissionais da escola como são interligados tantos pontos que envolvem o meio ambiente e como são pouco vistos por tantos em nossa sociedade.

Segundo Acselrad (2005), a Justiça Ambiental vem para combater desigualdades ambientais e dar igual proteção ambiental a todos os grupos sociais e étnicos. Pensar a Justiça Ambiental é questionar aspectos constitucionais; é refletir, num processo histórico, questões econômicas, sociais, culturais e não apenas ambientais. A ideia de que as questões ambientais tratam dos recursos naturais e seus usos pelo homem, onde os riscos da exploração vão atingir todas as classes sociais igualmente, é um tanto ingênua e, vendo o poder de decisão nas mãos de tão poucos, questionar como abranger e alterar o modo de poder sobre os recursos ambientais se faz fundamental. Como propiciar de fato o que a legislação até prevê como direito de todos, mas não cumpre? Uma vez que existe tamanha desigualdade social, os poderosos transferem os custos ambientais do desenvolvimento para os mais pobres, como afirma o referido autor.

Sendo que não há equidade nas distribuições dos recursos naturais e nos cuidados e ações com o meio ambiente, pensando nas questões apresentadas nos questionários, algumas famílias mostraram noções de obrigações dos governantes, e reconheceram a existência de leis não cumpridas, deixando tanto o governo de tomar providências quanto os sujeitos de tornarem-se responsáveis pelos seus atos.

Assim, foram mapeadas e agrupadas através da pesquisa as seguintes injustiças ambientais percebidas: o descarte de resíduos em locais inadequados e a necessidade do governo de tomar providências na coleta; a queima de vegetação; o corte desnecessário de árvores; o descarte de resíduos que poderiam ser reciclados; a queima de lixo; o desperdício de água lavando calçadas; a indiferença do próprio governo com as leis; a falta de consciência da população, ignorando as gerações futuras; e a falta de infraestrutura e saneamento básico.

Os questionários da escola e das famílias promoveram a noção de pertencimento como sujeito individual e grupo social. Através desse levantamento providenciaram-se as oficinas de sustentabilidade e direcionamento nas abordagens para os debates.

2.2 Resíduos sólidos descartados ou catados? Pressuposto equivocado: Lixo sempre é o problema, reciclagem a solução.

Buscar no coletivo o exercício do questionamento frente ao meio ambiente; sentir o seu pertencimento a este meio e alargar os olhares; ver no outro a diferença do que conhece,

do que vive e expandir a sua participação, percebendo direitos e deveres; são objetivos contínuos, uma vez que desejamos a sustentabilidade⁵, a manutenção dos recursos, envolvendo a separação dos resíduos e o encaminhamento para coletas seletivas.

No entanto, salienta-se aqui a necessidade de construção de soluções através de um processo educativo, não apenas paliativo, uma vez que “(...) o lixo não se insere de modo orgânico no planejamento pedagógico escolar e não é visto nem enfrentado como problema em sua complexidade e totalidade” (LOUREIRO, 2003, p. 39).

Assim, é essencial que “o lixo” não seja visto somente como resíduo para a reciclagem de determinados recursos. Mesmo apresentando alguma mudança comportamental, continuará fragmentando a sociedade, caso não seja abordado efetivamente pelos sujeitos com o princípio da cidadania ambiental.

Nas ações previstas, recebeu-se palestrantes do CATAVIDA promovendo a sensibilização ambiental voltada às famílias. Foram possibilitadas reflexões e ações relativas à separação e ao destino dos resíduos sólidos, e à promoção da valorização do catador como categoria profissional (agente ambiental). Salientou-se a importância da separação dos resíduos em casa e divulgou-se as coletas feitas na escola, como o óleo de cozinha que a Empresa Sabão Imperial troca por kits de limpeza para uso da escola.

Foi apresentada uma mostra do processo de reciclagem e realizou-se um diálogo pautando o trabalho e a renda, o meio ambiente e a economia. Pensou-se também a reciclagem enquanto meio de promoção da inclusão produtiva dos catadores, como menor quantidade de uso de matéria-prima extraída da natureza e como economia do dinheiro gasto com o transporte até os aterros sanitários, podendo reverter em projetos sociais.

Considerando a importância normativa, o audiovisual apresentou aspectos legais, sobre a Lei 12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS, e como se dá o plano municipal frente à questão da EA. Os esclarecimentos sobre a destinação e disposição final de Resíduos Sólidos alertaram sobre a economia circular, desde a preparação de produto até o destino final (reciclagem).

De acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS, existem prioridades na gestão e no gerenciamento dos resíduos. A primeira ordem é a não geração de resíduos.

⁵ Na Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD), a sustentabilidade é discutida como o desenvolvimento a partir de um conjunto de ideias e atitudes ecologicamente planejadas, economicamente viáveis e pensadas no âmbito social e cultural a fim de sustentar a sobrevivência dos recursos naturais do planeta, satisfazendo as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades. Para Clovis Cavalcanti, sustentabilidade significa a possibilidade de se obterem continuamente condições iguais ou superiores de vida para um grupo de pessoas e seus sucessores em dado ecossistema (CAVALCANTI, 2003). Para o referido autor, está se aceitando a ideia de colocar um limite para o progresso material e para o consumo, antes visto como ilimitado, criticando a ideia de crescimento constante sem preocupação com o futuro.

Não sendo possível, procura-se a redução. Depois a reutilização. E mais tarde o tratamento dos resíduos. Após, resta a disposição final, com o acúmulo de rejeitos. Foi abordado no Projeto apenas os Resíduos Sólidos domésticos, considerando a classificação, quanto aos riscos potenciais ao meio ambiente e à saúde pública, que define resíduos sólidos na Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Conversou-se na palestra sobre o sistema de coleta municipal. Algumas famílias reivindicaram a retomada da coleta seletiva que havia anos atrás semanalmente no bairro. Outras perceberam que as questões envolvem mais do que o bairro, e afirmaram ser importante ampliar aspectos da gestão ambiental para diminuir as injustiças ambientais.

Siemionko e Caporlingua (em prelo) apresentam estudo a partir da ideia inicial de coleta dos resíduos sólidos, ampliando o enfoque para a constituição de sujeitos o entendimento da EA como educação, e percebendo na EA crítica, transformadora e emancipatória a possibilidade de mudança, intervindo a favor da conscientização. Como salientam as autoras, “o cerne da EA crítica é a problematização da realidade e a prática educativa é a formação do sujeito humano enquanto ser individual e social, historicamente situado” (em prelo, p.13). Sendo assim, promove a EA como transformadora de vidas.

(...) a EA transformadora possui um conteúdo emancipatório, a partir de uma matriz que vê na educação um elemento de transformação social, em que as atividades humanas relacionadas ao fazer educativo provocam transformações individuais e coletivas, locais e globais, bem como econômicas e culturais. Desse modo, a tendência crítica, transformadora e emancipatória se caracteriza por possuir atitude problematizadora e reflexiva diante dos desafios que a crise civilizatória apresenta. (SIEMIONKO e CAPORLINGUA, em prelo, p. 07).

Da mesma forma, as ações das educadoras ambientais que realizaram o encontro levaram a comunidade a fazer novas leituras da vida e a refletir sobre a necessidade de “contribuir para a formação de sujeitos capazes de compreender o mundo e agir nele de forma crítica (...) "ler e interpretar" um mundo complexo e em constante transformação” (CARVALHO, 2004, p. 03).

Considerando que ser educador é ser mediador, possibilitar a formação de sujeitos que reflitam seu meio e suas vivências, questionando mudanças, promove a transformação necessária para a execução de políticas públicas já existentes e muitos avanços para efetivar a justiça ambiental, não apenas em casos isolados, mas que se faça valer a lei, como no trabalho desenvolvido no CATAVIDA.

2.3 Interações afetivas e criativas com intencionalidade transformadora

Pensar a educação crítica e transformadora exige permitir a práxis como atividade concreta, vivenciada por sujeitos que se modificam ao passo que modificam o mundo, através do autoquestionamento, refletindo e levando a teoria à prática. É essência do educador ambiental o entendimento de que nos educamos “na atividade humana coletiva, mediada pelo mundo (natureza), com sujeitos localizados histórica e espacialmente” (LOUREIRO, 2003, p. 41). Uma vez que essa pesquisa partilhou saberes e buscou refletir discursos junto aos familiares, remetendo a esses a EA dada através do exemplo e de suas vivências com os seus pares, é importante esclarecer que:

Educar para transformar é agir conscientemente em processos sociais que se constituem conflitivamente por atores sociais que possuem projetos distintos de sociedade, que se apropriam material e simbolicamente da natureza de modo desigual. Educar para emancipar é reconhecer os sujeitos sociais e trabalhar com estes em suas especificidades. A práxis educativa transformadora é, portanto, aquela que fornece ao processo educativo as condições para a ação modificadora e simultânea dos indivíduos e dos grupos sociais; que trabalha a partir da realidade cotidiana visando a superação das relações de dominação e de exclusão que caracterizam e definem a sociedade (LOUREIRO, 2003, p.42).

Chaddad (2012) apresenta diferentes correntes da EA e a importância de princípios metodológicos de um processo educativo ambiental crítico e suas aplicações. No PPP e segundo os questionários, identificou-se muitas práticas desenvolvidas que abrangem a EA e a relevância dada ao tema da coleta seletiva e da reciclagem. Favorecendo a participação:

Muitas metodologias utilizadas têm caráter meramente instrucional, ou seja, só informam os participantes da problemática ambiental. Elas não fazem os participantes pensarem em suas realidades e, conseqüentemente, proporem, dentro de determinadas condições, ações para agirem nelas. Em contrapartida a este tipo de referencial metodológico há um outro que se inscreve em metodologias participantes (CHADDAD, 2012, p. 01).

No encontro intitulado “Partilhando saberes sobre o meio ambiente”, as ações desenvolvidas foram previstas a partir da oferta de oficinas: concretizou-se a culinária com fins saudáveis e sustentáveis, e a interação no Varal da Solidariedade, abordando o consumismo. A escola recebeu palestrantes da SEMAM⁶ – Secretaria Municipal do Meio Ambiente, para proporcionar a reflexão sobre a EA e a formação do sujeito pertencente ao meio ambiente. A comunidade foi convidada, almejando-se desenvolver estratégias como

⁶ Site da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Novo Hamburgo/RS. Disponível em <https://semam.novohamburgo.rs.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=41>. Acesso em set/2017. Apresenta suas competências legais e informações municipais de EA, legislação municipal, estadual e federal, fiscalização, encaminhamentos para atendimento e possibilidades de interação sobre Limpeza Urbana (serviços de coleta domiciliar/seletiva, ecopontos, CATAVIDA etc.) dentre outros.

educadores ambientais. Através de audiovisuais promoveu-se um debate buscando instrumentalizar as famílias para práticas em seu cotidiano que influenciassem o comportamento ambiental mais responsável das crianças: questões relativas à separação e ao destino dos resíduos em suas casas.

A mostra dos dados quantitativos chocou: averiguar as toneladas de resíduos produzidas na geração do consumo e descarte; conhecer a necessidade de pagar para transportar para o aterro sanitário no município de Minas do Leão; entender como funcionam as coletas (mesmo o caminhão não sendo seletivo é feita a triagem de resíduos); e conhecer histórias de catadores que se profissionalizaram, através de políticas públicas que englobam pensar a cidadania e questionar as injustiças ambientais. Perceber, enfim, a gestão ambiental em inúmeros aspectos – econômicos, culturais, sociais, dentre outros, faz com que os sujeitos (re)signifiquem seus olhares e valores.

Estudos de José Quintas (2007) mostram a Gestão Ambiental como o gerenciamento e mediação de conflitos que surgem a partir do uso dos recursos ambientais pelos diversos agentes sociais. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 225, estabelece que ter um meio físico natural equilibrado é direito de todos, e zelar para que assim permaneça para as gerações futuras uma obrigação de todos (comunidade e governo), tornando a EA fundamental na formação de agentes críticos capazes de perceber os danos causados ao meio natural, compreendendo que o ser humano faz parte dele, dependendo da qualidade do meio para a qualidade de sua vida.

É necessário perceber a EA transformadora, fundamental na Gestão Ambiental para a formação de sujeitos munidos de argumentos para a defesa de um meio ambiente equilibrado, dialogando com as diversas camadas da sociedade, buscando harmonia e equidade. Cabe ao poder público mediar interesses e conflitos. Alguns moradores de rua e sujeitos marginalizados, que tentaram a vida com a venda de resíduos sólidos, relataram que sem gerenciamento ganhavam menos de um terço do que passaram a receber na cooperativa. Esses são dados que revelam a importância deste gerenciamento.

Questionamentos da comunidade para as representantes da SEMAM provocaram um debate sobre futuras ações possíveis, verificando a importância do reaproveitamento dos resíduos orgânicos na construção e uso de composteiras em suas casas. O descarte virando adubo favorece o resgate do plantio doméstico, de modo que, além da aquisição de alimento saudável, pode integrar a família no cultivar a vida.

A oficina de culinária, com enfoque em alimentação saudável e aproveitamento de partes geralmente descartadas, como as cascas de banana, foi uma atividade muito elogiada

pelos participantes, que aprenderam a fazer biomassa de banana verde, dialogando sobre seus variados usos e recebendo as receitas impressas. O ponto alto da oficina foi degustar o brigadeiro e maionese, ambos feitos de biomassa.

O Varal Solidário surgiu como a oficina do partilhar mais que roupas, possibilitando trocas e partilha de saberes, questionando o consumo excessivo. O resgate da ideia de feiras de trocas foi salientado por participantes, onde cada um poderá expor seus desapegos e/ou produções, fortalecendo uma economia criativa.

Assim, com mãos parceiras foram construindo saberes. Mesmo com um número de participantes inferior ao esperado, os presentes demonstraram satisfação e mencionaram novas possibilidades: levar a ideia da biomassa para ser produzida no seu espaço profissional; reestruturar na escola a horta com a participação de alunos/as e suas famílias; instalar mais eco-pontos de coletas seletivas no bairro e em todos em lugares.

Através das reflexões e diálogos estabelecidos, trabalharam-se os seguintes objetivos: identificar e apresentar o reaproveitamento do resíduo sólido como possibilidade de geração de renda para as famílias dos alunos, ampliando aspectos de cidadania, numa perspectiva interdisciplinar; e iniciar reflexões coletivas para construir e apresentar à direção da EMEF Presidente João Goulart estratégias que possibilitem ampliar os cuidados com o meio ambiente no espaço escolar e nas residências dos alunos, através de ações que oportunizem condições para que a comunidade escolar se manifeste enquanto educadores ambientais com seus filhos/as, mostrando-se pertencente ao meio em que vivem.

A EA transformadora percebe a necessidade de se estabelecer a construção de uma sociedade voltada para a preservação da vida e para o repensar da relação sociedade-natureza, uma vez que as “(...) alterações da atividade humana implicam em mudanças radicais individuais e coletivas, locais e globais, estruturais e conjunturais, econômicas e político-sociais, psicológicas e culturais” (LOUREIRO, 2003, p. 39). Essa concepção foca na transformação integral do ser, alertando para que os olhares não fiquem limitados à ideia conservadora, onde o processo educativo, apesar de promover mudanças superficiais, mostra indiferença na tomada de consciência frente ao modelo de sociedade, deixando de ver o contexto e as relações de poder que se estabelecem de forma histórica. Assim, provocar a comunidade para olhar além da reciclagem, discutindo a relação produção-consumo-cultura, foi essência dessa pesquisa.

3. Desacomodando, concluindo algumas reflexões, iniciando novas questões

Neste projeto se fez riqueza de saberes, pensando nas iniciativas tomadas por alguns familiares que fazem a diferença, favorecendo maior alcance dos resultados esperados. Dialogando com os familiares, estabeleceu-se estratégias pensando as interações na escola e arredores, definindo novos objetivos resultantes do projeto de ação.

As proposições feitas em conjunto durante os encontros apresentaram: aprender a fazer a composteira no lar e na escola; retomar a “hortinha caseira” e o bem-estar com a família, assim como reativar a horta escolar; convidar as famílias a coletar resíduos sólidos durante eventos escolares; instituir a Patrulha Ambiental, com rodízio de alunos acompanhados por um familiar e um profissional da escola; aproximar a Associação de Moradores do bairro, possibilitando trabalhos conjuntos; estabelecer trocas de saberes, inclusive de cunho legal, aspectos a ampliar as Políticas Públicas e Justiça Ambiental; abordar com maior ênfase o prejuízo dos alimentos industrializados à saúde; oportunizar contato com pesquisadores da engenharia de alimentos; verificar mais projetos possíveis, em conjunto com empresas, para expandir as relações com a EA e divulgar as parcerias que a escola já possui, visto que no levantamento de dados, através de questionário, averiguou-se que grande parte das famílias desconhece as coletas promovidas; promover outras oficinas, com regularidade, marcando um momento pedagógico para a família na escola; resgatar a prática das Feiras de Trocas com economia solidária, diminuindo atravessadores e consumindo com conscientização, além de exercitar o desapego de produtos em bom estado mas não utilizados; e, finalmente, separar os resíduos orgânicos de coletas de jardinagem e dos demais resíduos sólidos que podem ser tratados adequadamente.

As metodologias possibilitaram a geração de saberes (re)significando sujeitos. Percebeu-se que grande parte dos docentes da EMEF Pres. João Goulart, alvo da pesquisa e ações, apresenta o desejo de criar possibilidades para que a comunidade faça parte da construção da escola, dos saberes e dos movimentos que permeiam todos que nesse espaço político-pedagógico se sentem pertencentes. O despertar de responsabilidade individual e coletiva frente às questões ambientais junto às famílias está capacitando sujeitos para atuarem com cidadania ambiental, que se façam presentes socialmente e defendam a justiça ambiental. Entretanto, um número muito restrito de familiares mostrou-se pertencente ao contexto aqui apresentado, sendo um grande desafio ter mais envolvidos nesse processo de aprendizagem da/na EA.

Reflexões e problematizações promoveram em variadas ações com as famílias dos alunos/as a transformação do sujeito, a (re)definição do pensar e do agir, no sentir-se pertencente. Muitas situações vivenciadas merecem reflexão e seguimento nas propostas

discutidas, sendo necessário manter promoções onde familiares possam estruturar seu viver em prol do hoje e do amanhã.

Todos são formadores de opinião e ação, assim como são constantemente (re)constituídos pelo mundo, não havendo neutralidade. Levamos e somos levados a acreditar em verdades e a saciar desejos. Na escola buscamos o conhecimento num currículo de conteúdos, verificamos no decorrer das ações, nesse espaço, que há empenho em estabelecer discussões com base em preocupações socioambientais. Continuar a (re)pensar o sujeito que somos e o sujeito que formamos na escola, sejam alunos ou a comunidade, é fundamental.

Referências

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 10004:2004. Disponível em <<http://www.v3.eco.br/docs/NBR-n-10004-2004.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2017.

ACSELRAD, Henri. Justiça Ambiental: Narrativas de Resistência ao Risco Social Adquirido. In: Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores. Brasília: MMA, 2005.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

____. Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm Acesso em: 26 dez. 2011.

____. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso: jun/2014.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2004.

CAVALCANTI, Clóvis de Vasconcelos. Sustentabilidade de economia: paradigmas alternativos de realização econômica. In: ____ (org.) Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 2003, p. 153-176.

CHADDAD, Flávio Roberto. [Princípios Metodológicos da Educação Ambiental e suas aplicações em Projetos escolares](#). Enciclopédia Biosfera, Centro Científico Conhecer - Goiânia, v.8, N.14, 2012.

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nosso futuro comum. 2ª ed. Tradução de Our common future. 1ª ed. 1988. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COIMBRA, José de Ávila Aguiar. Considerações sobre a interdisciplinaridade. In: Philippi Jr., Arlindo. Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais. Navegantes. São Paulo: Signus Editora, 2000.

COUSIN, Cláudia da Silva. Pertencimento Ambiental. Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande, FURG/SeaD, 2010.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da indignação. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Premissas teóricas para uma educação ambiental transformadora. Rev. Ambiente e Educação, Rio Grande (RS), 2003, p.37-54

_____. Trajetórias e Fundamentos da Educação Ambiental. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. Educar, participar e transformar em educação ambiental. In: Revista Brasileira de Educação Ambiental. Rede Brasileira de Educação Ambiental. Número 0, p. 63-70, 2004a, Brasília, DF.

MOTA, Junior Cesar. A Educação Ambiental Estética como uma ferramenta à (re)significação do ser-sensível. In: IV Seminário Interfaces Pedagógicas: Licenciaturas em diálogo, 2016, Rio Grande: Pluscom, 2016, v. 4. p. 38-41. Disponível em: http://media.wix.com/ugd/c76807_e4d91a75df3a44b08233550658a4d.pdf Acesso em set/2017.

OLIVEIRA, Flávia de Paiva Medeiros de; GUIMARÃES, Flávio Romero. Direito, meio ambiente e cidadania: uma abordagem interdisciplinar. São Paulo: Madras, 2004.

QUINTAS, José da Silva. Educação no processo de gestão ambiental: uma proposta de educação ambiental transformadora e emancipatória. In: MMA. DEA. Identidades da educação ambiental brasileira. Layrargues, P.P. (Coord). Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

_____. Introdução à gestão ambiental pública. 2ª ed. revista. – Brasília: Ibama, 2006 (Coleção Meio Ambiente. Série Educação ambiental5).

_____. Educação na gestão educacional pública. In.: FERRADO JÚNIOR, Luiz Antônio (org.) Encontros e caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores. v.2. Brasília: MMA, Departamento de Educação Ambiental, 2007.

REIGOTA, Marcos. Meio ambiente e representação social. São Paulo: Cortez, 2004.

SIEMIONKO, Adriana Dias. CAPORLINGUA, Vanessa Hernandez. A Educação Ambiental e os agentes recicladores da cooperativa Renascer - Canoas/RS/BRASIL. Dossiê de Educação Ambiental Não Formal. Revista Ambiente e Educação. No prelo. Disponível em <<https://www.seer.furg.br/ambeduc>>. Acesso em out/2017.